CREMEB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO

EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2017 – CREMEB - NORMATIVO

101
MÉDICO FISCAL I

Data e horário da prova:

Domingo, 19/11/2017, às 14h

I N S T R U Ç Õ E S

- Você receberá do fiscal:
  - um caderno de questões da prova objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
  - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
  - uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Somos do tamanho que sonhamos.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva e discursiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de texto definitivo da prova discursiva e a folha de respostas da prova objetiva devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em qualquer etapa da prova.

I N S T R U Ç Õ E S P A R A A P R O V A O B J E T I V A E D I S C U R S I V A

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na folha de respostas.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "C"

PROVA APLICADA

P R O V A O B J E T I V A

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder às questões 1 e 2.

Disponível em: <https://www.facebook.com/cremeb.ba/photos/a.527653630746763.1073741830.478194902359303/827272470784876/?type=3&theater>. Acesso em: 23 set. 2017.

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que reúne em um só período as orações "Doe órgãos. Salve vidas!" e expressa uma mensagem compatível com a intenção do autor do texto, além de estar de acordo com as regras para o uso da vírgula.

(A) Doe órgãos, e salve vidas!
(B) Se você deseja salvar vidas, doe órgãos!
(C) Para salvar vidas doe órgãos!
(D) Doando órgãos você salva vidas!
(E) Salve vidas mas, sendo, um doador de órgãos!

QUESTÃO 2

Tendo como referência apenas as regras de regência e do uso do sinal indicativo de crase prescritas pela norma-padrão, considere o período "O CREMEB também apoia o Setembro Verde!" e assinale a alternativa correta.

(A) O autor poderia substituir corretamente a forma "apoia" pela construção **começou à apoiar**.
(B) O emprego da preposição "a" seria inviável, caso o autor substituísse a forma "apoia" pela construção **se aliou**.
(C) A construção **à campanha do Setembro Verde** poderia ser empregada corretamente no lugar do trecho "o Setembro Verde".
(D) A redação **O CREMEB também se solidariza do Setembro Verde!** poderia substituir corretamente a original.
(E) A redação **O CREMEB também presta apoio à campanha do Setembro Verde!** poderia substituir corretamente a original.

Área livre

Texto 2 para responder às questões de 3 a 5.

Denúncias

Para realizar uma denúncia para o CREMEB, é necessário cumprir alguns requisitos processuais:

– denúncia por escrito, digitada ou a punho, assinada e contendo dados de identificação e contato do denunciante;

– cópia da carteira de identidade do denunciante;

– comprovante de residência do denunciante.

Os documentos podem ser enviados pelos Correios ao CREMEB ou entregues pessoalmente na sede da instituição (Rua Guadalajara, nº 175, Morro do Gato, Barra, CEP: 40.140-460 – Salvador/BA) ou na delegacia regional mais próxima. Quem preferir pode levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado.

A denúncia deve ser acompanhada, sempre que possível, de documentos que comprovem as alegações (cópias de prontuários, exames, receitas, fotos, laudos, raio X etc.).

Disponível em: <http://www.cremeb.org.br/index.php/atendimento/denuncias/>. Acesso em: 23 set. 2017, com adaptações.

QUESTÃO 3

Relacionando-se as informações ao modo como elas estão organizadas, é correto afirmar que o (a)

(A) apresentação de documentos que comprovem as alegações do denunciante não é indispensável para que a denúncia para o CREMEB seja aceita.
(B) denúncia para o CREMEB só será aceita se o denunciante cumprir com pelo menos dois dos requisitos apresentados, já que eles estão dispostos no texto em uma ordem decrescente de importância.
(C) formulário de denúncia deve ser levado já preenchido e assinado à sede do CREMEB ou à delegacia regional mais próxima, caso o denunciante resolva entregá-lo pessoalmente.
(D) texto classifica-se como predominantemente dissertativo, pois tem como finalidade principal convencer o cidadão a realizar denúncia para o CREMEB.
(E) texto, por apresentar uma sequência de fatos, deve ser classificado como predominantemente narrativo.

QUESTÃO 4

De acordo apenas com as regras vigentes de ortografia e de acentuação gráfica, assinale a alternativa correta.

(A) No lugar da construção "Para realizar uma denúncia" (linha 1), o autor poderia empregar corretamente a redação **Para quem demonstre estar afim de realizar uma denúncia**.
(B) O autor poderia substituir corretamente o trecho "que comprovem as alegações" (linha 15) pela redação **que expliquem o porquê das alegações**.
(C) O termo **residênte** está corretamente acentuado, pois deriva do vocábulo "residência" (linha 7).
(D) A redação **sempre que seje possível** poderia substituir corretamente o trecho "sempre que possível" (linhas 14 e 15).
(E) Assim como no trecho "Para realizar uma denúncia para o CREMEB" (linha 1), o vocábulo sublinhado na redação "Ela sempre denúncia ao CREMEB qualquer situação em que se sinta desrespeitada." também está corretamente acentuado.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 5

Considerando apenas as regras de concordância prescritas pela norma-padrão, assinale a alternativa correta.

(A) A redação **Aqueles que preferir podem levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado.** poderia substituir corretamente o período "Quem preferir pode levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado." (linhas 12 e 13).

(B) Outra redação correta para o trecho "é necessário cumprir alguns requisitos processuais" (linha 2) seria **o cumprimento de alguns requisitos são necessários**.

(C) Caso o autor julgasse conveniente acrescentar a construção **com as devidas cópias** logo após os termos sublinhados no trecho "Os documentos podem ser enviados pelos Correios ao CREMEB" (linhas 8 e 9), seria correta apenas uma das redações a seguir: **Os documentos, com as devidas cópias, podem ser enviados pelos Correios ao CREMEB.** ou **Os documentos, com as devidas cópias, podem ser enviadas pelos Correios ao CREMEB.**

(D) Os vocábulos sublinhados no período "Quem preferir pode levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado." (linhas 12 e 13) poderiam ser corretamente substituídos, respectivamente, pelas formas **preenchida** e **assinada**.

(E) A forma **as quais** poderia ser empregada corretamente no lugar do vocábulo sublinhado no trecho "A denúncia deve ser acompanhada, sempre que possível, de documentos que comprovem as alegações" (linhas 14 e 15).

Texto 3 para responder às questões de 6 a 8.

O CREMEB e o exercício ilegal da medicina

Foi assinado, em agosto de 2015, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, que aumenta as penas a quem exercer ilegalmente as profissões de médico, dentista ou farmacêutico. Com a aprovação do texto, os falsos profissionais estão sujeitos a reclusão de dois a seis anos, mais pagamento de multa. Apesar do vigor da legislação e da atuação dos conselhos de medicina, ainda são relevantes os casos de denúncias de uso indevido do registro médico.

Mesmo sendo classificado como ato criminoso, o exercício ilegal da medicina ainda é recorrente. Na maioria dos casos, uma pessoa sem formação médica se apropria de um número de registro profissional válido (número de cadastro do médico no Conselho Regional de Medicina – CRM) e exerce, criminosamente, atendimento à população. Essa atuação pode gerar danos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública.

O CREMEB permanece vigilante no combate a essa prática ilegal. Por isso, convida todos os médicos cadastrados que ainda não possuem foto no portal a atualizar seus cadastros. "Essas fraudes põem em risco a saúde pública, afetando sociedade e médicos. Essa é uma luta de todos", enfatiza o conselheiro José Abelardo de Menezes.

Disponível em: <http://www.cremeb.org.br/index.php/releases/novo-portal-do-cremeb-disponibiliza-pesquisa-de-medicos-com-foto/>. Acesso em: 23 set. 2017, com adaptações.

QUESTÃO 6

Com base na leitura compreensiva do texto, é correto afirmar que o(s)

(A) exercício ilegal da medicina, embora tenha se tornado menos comum desde agosto de 2015, ainda é recorrente.

(B) exercício ilegal da medicina é considerado crime apenas pelo CREMEB.

(C) falso médico sempre age da seguinte maneira: ele se apropria de um número de registro válido e passa a exercer atendimento à população.

(D) falsos profissionais, sejam eles médicos, dentistas ou farmacêuticos, estão, atualmente, sujeitos a reclusão, que varia entre dois e seis anos, mais pagamento de multa.

(E) CREMEB orienta todos os médicos cadastrados a atualizar seus cadastros no portal.

QUESTÃO 7

A respeito do emprego das classes de palavras e das relações que elas estabelecem entre si no texto, assinale a alternativa correta.

(A) A oração "e exerce, criminosamente, atendimento à população" (linhas 13 e 14) apresenta sujeito indeterminado, pois a forma verbal "exerce" não faz referência a um ser específico.

(B) A conjunção sublinhada no período "Mesmo sendo classificado como ato criminoso, o exercício ilegal da medicina ainda é recorrente." (linhas 9 e 10) introduz uma relação de causa e consequência entre as orações.

(C) Os vocábulos "médico" e "médicos", nos trechos "ainda são relevantes os casos de denúncias de uso indevido do registro médico." (linhas 7 e 8) e "Por isso, convida todos os médicos cadastrados" (linhas 18 e 19), funcionam, respectivamente, como adjetivo e substantivo e, portanto, desempenham funções sintáticas diferentes.

(D) A substituição dos artigos indefinidos sublinhados no trecho "Na maioria dos casos, uma pessoa sem formação médica se apropria de um número de registro profissional válido" (linhas de 10 a 12) pelos definidos **a** e **o**, respectivamente, preservaria a função sintática desempenhada por eles e o sentido pretendido pelo autor.

(E) Os pronomes sublinhados no período "Por isso, convida todos os médicos cadastrados que ainda não possuem foto no portal a atualizar seus cadastros." (linhas de 18 a 20) retomam a expressão "todos os médicos cadastrados", que desempenha o papel de sujeito da oração.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa que reproduz integralmente o sentido do período "Essa atuação pode gerar danos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública." (linhas de 14 a 16).

(A) Essa atuação provoca danos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas públicos de saúde.
(B) Essa atuação pode gerar aos pacientes danos que não se revertem, devido a uma carga negativa demasiada aos sistemas de saúde pública.
(C) Essa atuação pode prejudicar irreversivelmente os pacientes, já que também gera um sobrepeso negativo dos sistemas de saúde pública.
(D) Essa atuação pode prejudicar os pacientes irreversíveis, além de gerar uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública.
(E) É possível que essa atuação gere prejuízos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CREMEB
Questões de 9 a 18

QUESTÃO 9

De acordo com a Lei nº 3.268/1957, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito

(A) privado e autonomia administrativa.
(B) público, sem autonomia administrativa.
(C) privado, sem autonomia financeira.
(D) público e autonomia financeira.
(E) privado e autonomia financeira.

QUESTÃO 10

Considerando a Resolução CFM nº 2.145/2016, que aprova o Código de Processo Ético-Profissional, assinale a alternativa correta.

(A) O Conselho Regional de Medicina competente para apreciar e julgar infrações éticas é aquele no qual o médico esteja inscrito no tempo da ocorrência do fato punível.
(B) Os conselheiros não respondem a processos ético-profissionais, nem a sindicâncias.
(C) A sindicância e o processo ético-profissional não tramitam em sigilo processual.
(D) Os processos de infrações éticas são dependentes e estão, necessariamente, vinculados ao processo criminal porventura existente quanto aos mesmos fatos.
(E) A conciliação, nas sindicâncias, pode envolver acerto pecuniário.

QUESTÃO 11

De acordo com a Resolução CFM nº 2.145/2016, uma sindicância será instaurada

(A) somente de ofício pelo Conselho Regional de Medicina.
(B) somente mediante denúncia escrita ou verbal.
(C) de ofício pelo Conselho Regional de Medicina ou mediante denúncia escrita ou anônima.
(D) mediante denúncia escrita, verbal ou anônima.
(E) de ofício pelo Conselho Regional de Medicina ou mediante denúncia escrita.

QUESTÃO 12

Acerca das provas produzidas no âmbito dos processos ético-profissionais previstos na Resolução CFM nº 2.145/2016, assinale a alternativa correta.

(A) O conselheiro não pode indeferir provas, nem mesmo as consideradas irrelevantes.
(B) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais para provar a verdade dos fatos.
(C) As provas ilícitas são admissíveis nos autos dos processos ético-profissionais por questão de justiça.
(D) O conselheiro-relator não é dotado de livre convicção para a apreciação das provas.
(E) As partes não podem, mesmo empregando meios legais, tentar influir eficazmente na convicção dos conselheiros julgadores.

QUESTÃO 13

A respeito das testemunhas inquiridas no âmbito dos processos ético-profissionais previstos na Resolução CFM nº 2.145/2016, assinale a alternativa correta.

(A) O depoimento das testemunhas pode ser levado por escrito.
(B) É vedado o depoimento de testemunhas por meio de videoconferência.
(C) A testemunha assumirá o compromisso de dizer a verdade do que souber e for perguntado.
(D) Para a celeridade do processo, as testemunhas são inquiridas em conjunto.
(E) A testemunha dos fatos que não souber assinar o próprio nome fica impedida de prestar depoimento.

QUESTÃO 14

A Resolução CFM nº 2.148/2016 dispõe quanto à homologação da Portaria CME nº 01/2016, que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Especialidades (CME), composta pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), pela Associação Médica Brasileira (AMB) e pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). Com base nessa resolução, assinale a alternativa correta.

(A) A AMB não pode solicitar a extinção de especialidade médica.
(B) O médico pode fazer a divulgação e o anúncio de quantas especialidades e áreas de atuação desejar.
(C) A CME somente reconhecerá a especialidade médica com tempo de formação mínimo de um ano e área de atuação com tempo de formação mínimo de seis meses.
(D) O número de médicos e o tempo de existência de uma atividade são parâmetros para reconhecimento ou exclusão de especialidade ou área de atuação.
(E) Os Conselhos Regionais de Medicina deverão registrar apenas títulos de especialidade e certificados de áreas de atuação reconhecidos pela CME e emitidos pela AMB ou pela CNRM.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 15

O Regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina foi aprovado pelo Decreto nº 44.045/1958. O capítulo IV desse regulamento versa quanto às eleições dos Conselhos Regionais. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

(A) Os médicos eventualmente ausentes da sede das eleições ficam impedidos de votar.
(B) O voto será pessoal e obrigatório em todas as eleições.
(C) A falta de quitação da anuidade não impede que o médico vote, apenas que seja candidato nas eleições.
(D) Os candidatos podem figurar em mais de uma chapa eleitoral.
(E) Nenhuma penalidade é aplicada ao médico que não comparecer às eleições, inclusive nos casos de falta injustificada.

QUESTÃO 16

A Resolução CFM nº 1.980/2011 regulamenta o registro e o cadastro de empresa, instituição, entidade ou estabelecimento nos Conselhos Regionais de Medicina. A respeito dessa resolução, assinale a alternativa correta.

(A) O cadastro ou o registro de empresas de prestação de serviços médico-hospitalares nos Conselhos Regionais de Medicina deve ser requerido direta e expressamente pelo seu sócio-proprietário.
(B) Ficará suspenso o cadastro ou o registro de empresas de prestação de serviços médico-hospitalares que deixarem de renová-lo no exercício subsequente.
(C) A alteração de qualquer dado de empresa, instituição, entidade ou estabelecimento deve ser comunicada imediatamente, no prazo de 24 horas, ao Conselho Regional de Medicina competente.
(D) A disponibilização, ao público em geral, do Certificado de Inscrição de Empresa expedido pelos Conselhos Regionais de Medicina é obrigatória.
(E) As empresas de prestação de serviços médico-hospitalares que tiverem seu cadastro ou registro suspenso ficam impedidas de reativá-lo.

QUESTÃO 17

Quanto à Resolução CFM nº 1.980/2011, que fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

(A) As informações prestadas perante os Conselhos Federal e Regionais de Medicina são de responsabilidade do diretor técnico, pelas quais ele responde eticamente.
(B) O cancelamento punitivo do cadastro de empresas de prestação de serviços médico-hospitalares tem por consequência a impossibilidade de responsabilização do responsável técnico da empresa.
(C) O cancelamento do registro ocasionado pelo encerramento da atividade empresarial é isento do pagamento de taxa.
(D) O requerimento de encerramento da atividade, necessário para o cancelamento de cadastro ou registro, deve ser obrigatoriamente assinado pelo proprietário da empresa de prestação de serviços médico-hospitalares.
(E) O cancelamento de cadastro ou de registro, na hipótese de encerramento da atividade empresarial, será efetuado no âmbito do Conselho Federal de Medicina.

QUESTÃO 18

A Resolução CFM nº 2.145/2016, que aprova o Código de Processo Ético-Profissional, aborda as hipóteses de suspensão e impedimento dos conselheiros na sindicância ou no processo ético-profissional. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta.

(A) A alegação de impedimento não precisa conter o fundamento da recusa.
(B) Caso seja suscitado o impedimento de conselheiro no processo ético-profissional, o pedido necessariamente será acolhido.
(C) O impedimento poderá ser alegado a qualquer tempo antes do trânsito em julgado da decisão.
(D) É legítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega.
(E) Mesmo que uma das partes envolvidas no processo seja devedora do cônjuge do conselheiro incumbido do processo ético-profissional, o conselheiro não será considerado suspeito.

MICROINFORMÁTICA
Questões de 19 a 22

QUESTÃO 19

Pedro utilizou um computador na casa de um amigo e digitou seus dados no teclado para acessar sua conta bancária e conferir seu saldo, que era de R$ 900,00. Uma semana depois, Pedro foi ao banco e solicitou um extrato de sua conta, no qual percebeu um débito de R$ 300,00 realizado nesse intervalo, valor que ele não havia movimentado. Nessa situação hipotética, que ameaça instalada no computador pode ter possibilitado o prejuízo?

(A) *Adware.*
(B) *Keylogger.*
(C) *Antispyware.*
(D) *Spam.*
(E) *Firewall.*

QUESTÃO 20

Acerca do editor de planilhas Excel e do editor de textos Word, assinale a alternativa correta.

(A) As teclas de atalho CTRL + A desempenham diferentes funções no Excel e no Word 2016.
(B) Para centralizar um texto no Word, basta digitar as teclas de atalho CTRL + J.
(C) Ao congelar painéis em uma planilha do Excel, o usuário fica impossibilitado de editar essas células.
(D) É possível copiar uma tabela do Word e colá-la em uma planilha do Excel.
(E) Para alinhar um texto à esquerda no Word, basta digitar as teclas de atalho CTRL + E.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 21

Considere que, em seu computador, Maria trabalha com arquivos de texto sigilosos do Word. Estes sofrem alterações diariamente, e ela não segue procedimentos de segurança para o caso de perdê-los. Quanto a procedimentos de segurança e *backup*, e considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta.

(A) Maria pode criar quantas cópias dos arquivos forem necessárias, sempre que realizar alterações importantes.
(B) É extremamente necessário fazer também uma cópia de *backup* do programa utilizado para editar os arquivos.
(C) Atualmente, os sistemas operacionais não contam mais com ferramentas de *backup* e recuperação integradas. Assim, Maria deve procurar algum programa externo para realizar esses procedimentos.
(D) Maria não deve gravar os arquivos de *backup* em CDs ou DVDs, pois essas mídias podem quebrar facilmente.
(E) É recomendável que Maria faça cópias de segurança apenas uma vez ao mês, independentemente da frequência de alteração dos arquivos.

QUESTÃO 22

Com relação à segurança em conexões e navegadores *web*, assinale a alternativa correta.

(A) O desenho de um cadeado fechado na barra de endereços de um navegador indica que o *site* desejado é bloqueado ou possui risco de vírus.
(B) O protocolo HTTPS não oferece conexões seguras.
(C) O protocolo HTTP não oferece criptografia.
(D) No uso de programas leitores de *e-mail*, as opções de execução de JavaScript e de programas Java devem estar ligadas para fornecer uma conexão segura.
(E) Os protocolos HTTP e HTTPS utilizam certificados digitais para assegurar a identidade do *site* de destino.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 23 a 50

QUESTÃO 23

A Lei nº 12.842/2013 dispõe quanto ao exercício da medicina. Trata-se de um importante marco para delimitar o ato médico; por efeito, promove segurança jurídica para aqueles que o praticam. Com base no exposto, é correto afirmar que são atividades e atos privativos do médico a (o)

(A) intubação traqueal e a aspiração nasofaringeana ou orotraqueal.
(B) atendimento à pessoa em risco de morte iminente e a coordenação da estratégia ventilatória inicial para a ventilação mecânica invasiva e do programa de interrupção da ventilação mecânica invasiva, incluindo a desintubação traqueal.
(C) atestação do óbito, exceto em casos de morte natural ou suspeita em localidade em que não haja médico e a atestação médica das condições de saúde, doenças e possíveis sequelas.
(D) realização de exames citopatológicos e a emissão dos respectivos laudos e a emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos.
(E) determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico e a indicação e a execução da intervenção cirúrgica e a prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios.

QUESTÃO 24

O Código do Processo Ético-Profissional apresenta como instrumentos de apuração a sindicância e o processo ético-profissional (PEP) nos Conselhos Regionais de Medicina (CRM) e no Conselho Federal de Medicina (CFM). Esses instrumentos destinam-se à averiguação dos fatos ocorridos durante o exercício profissional daqueles profissionais regularmente inscritos. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

(A) A sindicância será instaurada por ofício ou *ex officio* mediante denúncia escrita ou verbal, com identificação do denunciante, ou por denúncia anônima, na qual conste o relato circunstanciado dos fatos e, quando possível, a qualificação completa do médico denunciado, com a indicação das provas documentais.
(B) O processo e o julgamento das infrações às disposições previstas no Código de Ética Médica (CEM) são interdependentes, estando, em regra, vinculados ao processo e ao julgamento da questão criminal ou cível dos mesmos fatos. Tal constatação é reforçada pela afirmativa de que a responsabilidade ético-profissional é subsidiária à criminal.
(C) O relatório conclusivo da sindicância, devidamente fundamentado, será levado à apreciação da câmara de sindicância. O encaminhamento para instauração de PEP será feito se indicar a existência de indícios de infração ao CEM, cumulada ou não de proposta de interdição cautelar. A abertura do PEP e a nomeação do conselheiro instrutor são de atribuição do corregedor.
(D) A competência para apreciar e julgar infrações éticas é do CRM no qual o médico esteja inscrito ao tempo da ocorrência do fato punível. Destarte, somente a apreciação de sindicância poderá ser desaforada por decisão fundamentada da plenária ou da câmara respectiva, enquanto o PEP somente poderá ser apreciado no CRM onde o fato punível ocorreu, ainda que o médico não possua inscrição na respectiva jurisdição.
(E) A pessoa jurídica, pública ou privada, poderá exercer o direito de denúncia, devendo ser representada, exclusivamente, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 25

O princípio constitucional de pleno exercício de uma profissão não é garantia para que qualquer um possa desempenhar uma atividade profissional. Infere-se que o profissional que irá exercê-la deverá possuir autorização, competência e legitimidade do ato praticado. O exercício da medicina, especificamente por cuidar da saúde pública, quando feito ilegalmente, é tipificado como crime. Considerando os apontamentos relacionados ao exercício profissional, assinale a alternativa correta.

(A) A exigência de um controle de avaliação de competências do profissional recém-formado por parte dos conselhos, como pré-requisito de inscrição, tem por fulcro as atribuições previstas pela lei. Essa ação permite que os conselhos sirvam também como instrumentos de correção das distorções dos aparelhos formadores.

(B) A licença para o exercício da medicina é ato exclusivo do Estado, sendo exigidas daqueles que se dedicam a essa atividade uma habilitação legal e outra profissional. A primeira é adquirida por meio do currículo da escola médica, enquanto a segunda pela posse e pelo registro do título idôneo e reconhecido.

(C) A interdição cautelar é uma medida de rotina quando se realiza o encaminhamento de relatório conclusivo de infração ética ao corregedor. Não é considerada medida de exceção, pois normalmente há provas inequívocas do procedimento danoso e receio fundado de danos irreparáveis.

(D) O princípio do contraditório e da ampla defesa parte da necessidade de que os conselhos tenham ciência bilateral dos fatos. Esses princípios somente não são considerados em caso de manifesta gravidade ou de provas inequívocas de nexo de causalidade.

(E) A suspensão do exercício profissional por doença incapacitante não possui previsão legal clara quanto ao intervalo de tempo, uma vez que essa medida é tomada por decisão administrativa.

QUESTÃO 26

As Resoluções CFM nº 2.127/2015 e CFM nº 2.147/2016 normatizam critérios para a ocupação de função de diretor técnico em serviços médicos e estabelecem normas quanto à responsabilidade, às atribuições e aos direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos.

Com relação ao exposto, assinale a alternativa que indica os deveres do diretor técnico.

(A) Cumprir o que determina a norma quanto às demais comissões oficiais, garantindo seu pleno funcionamento, e tomar providências para solucionar a ausência de plantonistas.

(B) Dirigir e coordenar o corpo clínico da instituição e zelar pelo fiel cumprimento do Regimento Interno do Corpo Clínico da instituição.

(C) Supervisionar a efetiva realização do ato médico, da compatibilidade dos recursos disponíveis, da garantia das prerrogativas do profissional médico e da garantia de assistência disponível aos pacientes e atestar a realização de atos médicos praticados pelo corpo clínico e pelo hospital sempre que necessário.

(D) Assegurar que todo paciente internado na instituição tenha um médico assistente e exigir dos médicos assistentes ao menos uma evolução e uma prescrição diária de seus pacientes, assentada no prontuário.

(E) Incentivar a criação e a organização de centros de estudos, visando à melhor prática da medicina, e recepcionar e assegurar, aos estagiários (acadêmicos e médicos) e residentes médicos, condições para o exercício de suas atividades com os melhores meios de aprendizagem, com a responsabilidade de exigir a sua supervisão.

QUESTÃO 27

A compreensão da bioética principialista e de suas interfaces com as ciências médicas é premissa das boas práticas. O médico vive conflitos de ordem moral desde a sua formação, devendo tomar decisões que impactam significativamente a qualidade de vida daqueles que são assistidos. O mestre Hipócrates de Cós ensina a reflexão acerca das práticas médicas, tendo por princípio base "*primmun non nocere*", ou seja, que o médico inicialmente não cause danos ao doente. Esse princípio dialoga profundamente com a bioética principialista quando promove a reelaboração dos conceitos e do código de conduta médicos.

Acerca do exposto, assinale a alternativa que apresenta a correspondência entre o princípio hipocrático citado e o princípio bioético.

(A) Beneficência.
(B) Autonomia.
(C) Justiça.
(D) Equidade.
(E) Não maleficência.

QUESTÃO 28

A responsabilidade profissional em medicina é o fardo que pesa sobre o médico quando este suporta as consequências resultantes dos seus atos profissionais. Destaca-se que as esferas de responsabilidade em que se aciona o médico são compreendidas como cível, criminal, ética e consumerista. Nesse sentido, o Código de Ética Médica é o instrumento garantidor dos princípios da atividade e da relação médico-paciente.

Considerando-se a responsabilidade profissional, é permitido ao médico

(A) deixar de colaborar com as autoridades sanitárias ou infringir a legislação pertinente.

(B) intervir sobre o genoma humano com vista à sua modificação, exceto na terapia gênica, excluindo-se qualquer ação em células germinativas que resulte na modificação genética da descendência.

(C) deixar de assegurar, quando investido em cargo ou função de direção, os direitos dos médicos e as demais condições adequadas para o desempenho ético-profissional da medicina.

(D) requerer desagravo público ao Conselho Regional de Medicina quando atingido no exercício de sua profissão.

(E) praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação vigente no País.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 29

O desenvolvimento de fármacos e de novas terapias e a otimização do manejo clínico do paciente têm por premissa os estudos realizados em laboratórios e nos serviços médicos. Há que se considerar a necessária participação de pessoas nessas pesquisas, assim como o acompanhamento próximo do rigor metodológico na utilização destas. Com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades, normas regulamentadoras emergem das pesquisas que envolvem seres humanos, tendo como ponto de partida a Resolução CNS nº 196/1996. Considerando essa normativa, bem como suas atualizações, assinale a alternativa correta.

(A) Pela normativa mais recente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, passa a ser denominado Processo de Consentimento Livre e Esclarecido que essencialmente não apresenta mudanças na prática da pesquisa.

(B) A Resolução CNS nº 466/2012, ao listar termos e definições, passa a denominar como "sujeito da pesquisa" o que anteriormente era chamado de "participante de pesquisa", para designar o indivíduo que, de forma voluntária e esclarecida ou sob o esclarecimento e a autorização de seu responsável legal, aceita ser pesquisado.

(C) O assentimento livre e esclarecido é a anuência do participante da pesquisa que seja criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios, dependência, subordinação ou intimidação. Tais participantes devem ser esclarecidos quanto à natureza da pesquisa, aos seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e ao incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades.

(D) O prazo para análise do projeto é determinado na Resolução CNS nº 466/2012, sendo de 30 dias para os Comitês de Ética em Pesquisa e de 60 dias para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

(E) A Resolução CNS nº 196/1996 determina que os Comitês de Ética em Pesquisa avaliem os protocolos de pesquisa que envolveu seres humanos, incluindo com prioridade os temas de relevância pública e de interesse estratégico da agenda de prioridades do SUS.

QUESTÃO 30

A relação paciente-profissional é permeada por diversos aspectos psicodinâmicos. Diante dessa complexidade, emergem conceitos fundamentais à boa prática profissional, como os conceitos profissionais de sigilo e segredo. Considerando os princípios norteadores da prática médica, é correto afirmar que o (a)

(A) segredo e o sigilo profissionais apresentam dupla natureza, ou seja, tratam de direitos e deveres profissionais e não apontam obrigações ao paciente.

(B) segredo profissional consiste no ato de guardar algo que foi revelado ao médico, enquanto o sigilo trata-se do que foi revelado pelo paciente.

(C) inadimplemento obrigacional do segredo pode ocorrer por parte do paciente, quando este revela informações a outros que não compõem o corpo clínico assistente, estando sujeito às tratativas da lei.

(D) segredo profissional é uma espécie de segredo natural, decorrente da própria natureza dos fatos (com base no direito natural), de modo que não depende de contrato tácito ou expresso.

(E) tutela predominante do Estado é para com o interesse individual, acima do coletivo; dessa forma, revelar informações constantes nos prontuários dos pacientes dos estabelecimentos de saúde, quando necessário, constitui algo justificável civil e eticamente.

QUESTÃO 31

O Código de Ética Médica (CEM) contém as normas que devem ser seguidas pelos médicos no exercício de sua profissão, inclusive no exercício de atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à administração de serviços de saúde, bem como no exercício de quaisquer outras atividades em que se utilize o conhecimento advindo do estudo da medicina. Trata-se de um documento norteador das condutas diante dos difíceis dilemas profissionais que são postos aos médicos. Quanto à abrangência relativa às ações do CEM, assinale a alternativa correta.

(A) A natureza personalíssima da relação médico-paciente constitui mecanismo de proteção profissional para as áreas médicas regidas pela obrigação de meio, enquanto, para as áreas com obrigação de resultados, promove degradação do objeto contratualizado.

(B) A prestação dos serviços médicos em saúde é categorizada como relação de consumo, implicando diretamente a responsabilidade profissional.

(C) Ao atender um paciente, o médico exerce, obrigatória e simultaneamente, seus direitos e deveres. A obrigação contratual do médico para com seu paciente constitui-se em obrigação de resultado, em que, com zelo e prudência, se produz o ato médico.

(D) Os códigos de ética partem de um substrato comum, a Ética Centrada nos Deveres. Esse elemento é tão marcante que as próprias normas diceológicas têm por fulcro as normas deontológicas.

(E) A autonomia do médico é absoluta em relação ao paciente e garantida pelo CEM quando afirma que "o médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames de sua consciência ou a quem não deseje [...]".

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 32

A publicidade é uma importante ferramenta de divulgação do trabalho médico. As estratégias de comunicação promovem aumento da taxa de frequentação e de fidelização dos pacientes ao consultório, sobretudo em ambientes altamente concorrenciais e saturados de profissionais. Cumpre destacar que grande parte das infrações éticas relativas à publicidade tem origem na inobservância das normas que estabelecem os critérios norteadores da propaganda em medicina. Considerando os apontamentos e a legislação, assinale a alternativa correta.

(A) Não há vedação prevista à inclusão do nome do médico em concursos com objetivo promocional ou de propaganda, individual ou coletivo.
(B) O médico pode, utilizando qualquer meio de divulgação leiga, prestar informações, dar entrevistas e publicar artigos de fins estritamente educativos quanto a assuntos médicos.
(C) O uso de imagens contendo o "antes e o depois" do tratamento é fundamental para apresentar os bons resultados que o profissional obtém com suas técnicas. Essa ação é permitida, pois a simples apresentação não configura garantia de bons resultados do tratamento.
(D) Os anúncios médicos deverão conter, obrigatoriamente, os seguintes dados: nome do profissional; especialidade e (ou) área de atuação, quando registrada no Conselho Regional de Medicina; número da inscrição no Conselho Regional de Medicina; e número de registro de qualificação de especialista (RQE), se o for. Destaca-se que é permitido o anúncio de até três especialidades, desde que sejam áreas afins.
(E) É permitido expor a figura de paciente desidentificado como forma de divulgar técnica, método ou resultado de tratamento, desde que com autorização expressa do paciente e com o destino exclusivo para o público leigo.

QUESTÃO 33

A Regulação do Acesso à Assistência, efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão, por meio de atendimentos às urgências, de consultas, de leitos e de outros que se fizerem necessários, contempla a(s) seguinte(s) ação(ações) realizada(s) pelos médicos nos serviços de saúde:

(A) controle dos leitos disponíveis, das agendas e de procedimentos especializados do SUS.
(B) cadastramento de usuários no SUS por meio do cartão SUS.
(C) credenciamento e habilitação de serviços no SUS.
(D) avaliação analítica da produção de serviços do SUS.
(E) utilização de sistemas de informação em saúde para a manutenção do SUS.

QUESTÃO 34

A Vigilância Sanitária deve realizar suas atividades por meio de visitas e de inspeções sistemáticas e obrigatórias, realizadas pelas autoridades sanitárias devidamente credenciadas. Uma vez constatada infração às leis sanitárias e às demais normas regulamentares pertinentes, a autoridade competente procederá da seguinte forma:

(A) lavrar auto de infração indicando a disposição legal ou regulamentação transgredida, com o prazo de 15 dias para a defesa.
(B) fiscalizar institutos de esteticismo, de ginástica, de fisioterapia e de reabilitação.
(C) instaurar processo administrativo em todas as fiscalizações.
(D) autuar principalmente os consultórios em geral e laboratórios de análises clínicas.
(E) comunicar às respectivas autarquias profissionais a ocorrência de fatos que configurem transgressões de natureza ética ou disciplinar de sua alçada.

QUESTÃO 35

O Decreto nº 77.052/1976 dispõe quanto à fiscalização sanitária das condições de exercício de profissões e de ocupações técnicas e auxiliares relacionadas diretamente com a saúde. Quando encontrada infração, a Fiscalização Sanitária deve proceder da seguinte maneira:

(A) adequar as condições ambientais dos locais que se destinam à atividade profissional em saúde.
(B) lavrar auto de infração descrevendo a disposição legal ou regulamentar, com prazo de cumprimento de 10 dias.
(C) fiscalizar clínicas e consultórios semestralmente e portos e aeroportos semanalmente.
(D) realizar somente orientações acerca das infrações às disposições legais e regulamentares.
(E) instalar procedimentos operacionais padrões para as atividades desenvolvidas.

QUESTÃO 36

Entende-se por Regulação do Acesso à Assistência aquela efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão, por meio de atendimentos às urgências, de consultas, de leitos e de outros que se fizerem necessários. Acerca do exposto, é função do Complexo Regulador

(A) estabelecer, de forma pactuada e regulada, as referências entre estados.
(B) capacitar, de forma permanente, as equipes que atuarão nas unidades de saúde.
(C) subsidiar o processamento das informações de produção.
(D) estabelecer e executar critérios de classificação de risco.
(E) construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 37

A Lei nº 9.656/1998 considera que os Planos de Assistência Privada caracterizam-se por uma prestação continuada de serviços ou uma cobertura de custos assistenciais em saúde. Entende-se que está subordinada à fiscalização direta da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) qualquer modalidade de produto, serviço e contrato que apresente, além da garantia de cobertura financeira de riscos de assistência médica, hospitalar e odontológica, outras características que o diferenciem de atividade exclusivamente financeira. Um exemplo dessa modalidade é a (o)

(A) autorização de tratamento de doenças pré-existentes.
(B) manejo clínico do cliente.
(C) rede credenciada ou referenciada.
(D) operação de planos por pessoas físicas.
(E) inserção de filhos adotivos no plano.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei nº 9.656/1998, é ação obrigatória a cobertura

(A) dos planos de urgência, assim entendidos como somente os resultantes de acidentes pessoais.
(B) dos planos de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente.
(C) de qualquer caso de emergência ou de urgência, com dispensa da declaração do médico assistente.
(D) dos planos de urgência, assim entendidos como somente os resultantes de acidentes pessoais, caracterizados em declaração do médico assistente.
(E) dos planos de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente.

QUESTÃO 39

Hoje, a atenção básica, como é denominada no Brasil a atenção primária, é vista como ordenadora de serviços, a fim de garantir a integralidade destes. Com o incremento da participação social, é correto afirmar que sua abordagem é definida como atenção primária

(A) abrangente e integral.
(B) de primeiro nível de atenção.
(C) de saúde de direitos humanos.
(D) seletiva.
(E) matriciadora.

QUESTÃO 40

O paciente de 76 anos de idade, ativo e saudável, vendedor de pipocas do bairro em que reside, é portador de HAS e diabetes *mellitus* e frequenta as consultas trimestrais, conforme orientação do médico da Estratégia Saúde da Família (ESF). O paciente retira os medicamentos na unidade básica de saúde (UBS), recebe a visita semanal do agente comunitário de saúde (ACS) para aferição de sua pressão arterial e ainda comparece ao Programa HiperDia uma vez ao mês, o que garante o seu controle glicêmico e pressórico.

A qual princípio doutrinário do SUS atribuem-se essas atividades?

(A) Participação social.
(B) Descentralização.
(C) Integralidade.
(D) Equidade.
(E) Universalidade.

QUESTÃO 41

De acordo com a Lei nº 8.080/1990, é de competência municipal na gestão do SUS

(A) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios circunvizinhos.
(B) executar ações de saúde do trabalhador e de vigilância epidemiológica.
(C) corroborar com a União na fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras.
(D) acompanhar, analisar e divulgar os indicadores de saúde.
(E) estabelecer normas, em caráter exclusivo, de controle e de avaliação dos serviços de saúde.

QUESTÃO 42

Conforme o artigo 24 da Lei nº 8.080/1990, quando as disponibilidades do Sistema Único de Saúde (SUS) forem insuficientes para garantir a assistência integral à população de uma determinada área, este poderá recorrer a serviços prestados pela iniciativa privada. Nessa situação, a contratação dos serviços deverá ser formalizada

(A) por acordo com entidades filantrópicas com fins lucrativos.
(B) sem a necessidade de demonstração da qualidade do serviço prestado.
(C) por acréscimo na tabela de procedimentos do SUS de acordo com o serviço oferecido.
(D) por contrato ou convênio, respeitadas as normas do direito público.
(E) por contrato ou convênio com os chefes de serviços privados que já trabalhem no SUS, garantindo a qualidade.

QUESTÃO 43

A divulgação constante e atualizada dos atos normativos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é uma ação essencial tanto à própria instituição quanto à sociedade. A respeito dos regulamentos da ANVISA, assinale a alternativa correta.

(A) É opcional ao serviço de saúde manter o registro das comunicações de acidentes de trabalho.
(B) Os trabalhadores devem deixar o local de trabalho com os equipamentos de proteção individual.
(C) O serviço de saúde é responsável pelo fornecimento e pelo processamento das vestimentas utilizadas nos centros cirúrgicos e obstétricos, nas unidades de tratamento intensivo, nas unidades de isolamento e nas centrais de material esterilizado.
(D) A guarda do prontuário é de responsabilidade do profissional que atendeu o paciente a quem aquele se refere.
(E) É obrigatório a qualquer serviço de saúde ter uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

PROVA APLICADA

QUESTÃO 44

No que tange a Portarias Ministeriais e a Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), assinale a alternativa correta.

(A) As unidades de tratamento intensivo são unidades hospitalares destinadas ao atendimento de pacientes graves ou de risco, podendo atender somente aos grupos etários pediátrico ou adulto.
(B) A denominação "bacharel em medicina" é privativa do graduado em curso superior de medicina reconhecido e deverá constar obrigatoriamente nos diplomas.
(C) Compete somente à Vigilância Sanitária Municipal divulgar, orientar e fiscalizar o cumprimento do Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.
(D) Os Centros de Atenção Psicossocial funcionam no âmbito do atendimento público em saúde mental e deverão estar capacitados para realizar o atendimento de pacientes com transtornos mentais, independentemente da gravidade destes.
(E) O Programa de Controle de Infecções Hospitalares (PCIH) é um conjunto de ações desenvolvidas deliberada e sistematicamente com vistas à maior redução possível da incidência e da gravidade das infecções hospitalares.

QUESTÃO 45

Conforme o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Considerando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

(A) Os princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana podem ser desconsiderados nos casos da Regulação Médica das Urgências.
(B) É atribuição das Centrais de Regulação Médica de Urgências buscar os meios necessários para a resolução dos problemas de saúde, independentemente de pactuação prévia.
(C) As Centrais SAMU-192 devem prever acesso a usuários exclusivo para as urgências médicas em qualquer nível do sistema, funcionando como importante "porta de entrada" do sistema de saúde.
(D) O objeto da atuação do médico é a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com discriminação, quando se fizer necessário.
(E) Cabem ao Conselho Federal de Medicina a ação fiscalizadora e o controle dos procedimentos médicos, bem como a aplicação das sanções pertinentes em caso de inobservância das normas determinadas pelo Conselho Regional.

QUESTÃO 46

Quanto à resolução que regulamenta o funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal, assinale a alternativa correta.

(A) Na assistência ao puerpério, o serviço de Atenção Obstétrica e Neonatal deve adotar o Método Canguru apenas quando indicado.
(B) É tarefa dos serviços municipais de saúde implantar e manter em funcionamento comissões e comitês de análise de óbitos maternos, fetais e neonatais.
(C) O regulamento técnico para funcionamento dos serviços de atenção obstétrica e neonatal exclui os serviços públicos de saúde, uma vez que estes não podem interromper seu funcionamento.
(D) O coordenador do Programa de Controle de Infecção do serviço de saúde deve notificar surtos e casos comprovados de eventos adversos graves à vigilância sanitária local, no prazo de até 24 horas.
(E) O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) deve ser alimentado exclusivamente pelos serviços públicos de Atenção Obstétrica e Neonatal com CNPJ próprio.

QUESTÃO 47

A epidemiologia pode ser considerada a ciência básica da saúde coletiva. Mais do que isso, tem-se constituído em importante disciplina científica essencial para todas as ciências clínicas, base da medicina e das outras formações profissionais em saúde. A respeito dos conceitos e dos usos da epidemiologia, assinale a alternativa correta.

(A) A investigação epidemiológica limita o avanço do conhecimento sobre os determinantes do processo saúde/doença, tal como ocorre em contextos coletivos.
(B) A metodologia epidemiológica pode ser empregada na avaliação de programas, atividades e procedimentos preventivos e terapêuticos.
(C) A epidemiologia trata-se da ciência ou da doutrina médica da epidemia e é dedicada especificamente à investigação das causas e ao controle de epidemias.
(D) A epidemiologia estuda estados particulares de ausência de doença de uma população sob a forma de agravos à integridade física em um intervalo de tempo.
(E) A disciplina epidemiológica exclui metodologias efetivas para a análise das situações de saúde, fornecendo subsídios para a descrição de doenças.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 48

Os indicadores de saúde são utilizados na prática quando se mostram relevantes, ou seja, quando são capazes de retratar com fidedignidade e praticidade, seguidos os preceitos éticos, os aspectos da saúde individual ou coletiva para os quais foram propostos. Quanto aos indicadores de saúde e aos sistemas de vigilância epidemiológica, assinale a alternativa correta.

(A) Ao manterem a coleta regular e contínua de dados com relação à ocorrência de determinadas doenças e (ou) agravos, os sistemas de vigilância em saúde pública fornecem uma ferramenta simples para a avaliação das intervenções.
(B) Os indicadores de morbidade são a razão entre frequências absolutas de óbitos e números de sujeitos expostos ao risco de morrer.
(C) A prevalência é definida como a razão entre o número de casos novos de uma doença e um intervalo de tempo determinado, em uma população determinada.
(D) O Coeficiente de Mortalidade Infantil é calculado por meio da divisão do número de óbitos de crianças menores de um mês pelo de nascidos vivos naquele ano em uma determinada área, multiplicando-se então por 1.000 o valor encontrado.
(E) Nas últimas décadas, as doenças transmissíveis assumiram a liderança entre as causas de óbito no Brasil.

QUESTÃO 49

O Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (CREMEB), no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268/1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/1958, é o órgão supervisor e disciplinador da ética médica em todo o Estado da Bahia. Com relação às resoluções do CREMEB, é correto afirmar que

(A) as cooperativas de trabalho e serviços médicos somente serão registradas quando possuírem, no mínimo, quatro cooperados, sendo todos médicos.
(B) os integrantes das cooperativas de trabalho e serviços médicos deverão estar inscritos nos respectivos Conselhos Regionais de Medicina.
(C) atividades relacionadas ao comércio poderão constar no objeto social das cooperativas de trabalho e serviços médicos.
(D) o Setor de Sindicâncias será formado por cinco Câmaras de Sindicâncias dotadas de Conselheiros(as), tendo como função a apuração de fatos e condutas com características de infração ética e o julgamento de sindicâncias.
(E) as Câmaras de Processos Ético-Profissionais se reunirão somente quando necessário ao atendimento da demanda.

QUESTÃO 50

Considerando o fato de que a inviolabilidade do sigilo médico encontra amparo no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, que tutela a intimidade e a vida privada do indivíduo, além das Resoluções do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (CREMEB), assinale a alternativa correta.

(A) É permitido repassar a autoridades públicas informações que comprometam a intimidade da vítima, a relação de confiança médico/paciente e o dever de sigilo ético-profissional que norteia a medicina.
(B) Informações de pacientes vítimas de ato violento poderão ser fornecidas pelas unidades de saúde e pelos médicos às autoridades públicas, sem que isso configure quebra de sigilo médico.
(C) O profissional deve interromper todos os procedimentos de assistência em caso de procedimento para coleta de prova pericial, no âmbito do pronto atendimento.
(D) Para procedimento de coleta, preservação, custódia e destinação da prova pericial, no âmbito do centro cirúrgico, devem-se depositar projéteis em recipientes metálicos.
(E) Não poderá ocorrer quebra do sigilo médico quando o paciente figurar como vítima de crime de ação penal pública cujo processo independa de representação.

Área livre

PROVA APLICADA

P R O V A D I S C U R S I V A

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Os conselhos de Medicina brasileiros foram criados pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, e pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, com a missão de fiscalizar o exercício da profissão; conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional; e promover o perfeito desempenho técnico e moral da Medicina e dos que a exercem.

[...]

Assim, o Conselho Regional de Medicina da Bahia, Cremeb, vem cumprindo seu papel fiscalizador e normatizador ao longo dos seus quarenta e nove anos de criação, nos múltiplos campos de atuação profissional, zelando e trabalhando por todos os meios ao seu alcance pelo prestígio e bom conceito da profissão. São inúmeras as consultas que chegam ao Cremeb e todas são respondidas através de documentos já existentes ou no formato de pareceres, quando se trata de matéria ainda não contemplada na legislação ética.

In: Pareceres Consulta: Questões e dilemas éticos no dia-a-dia médico. Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.cremeb.org.br/wp-content/uploads/2015/11/LIVRO-Pareceres-Medicos-1.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2017, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o tema:

Os desafios do Conselho Regional de Medicina da Bahia na fiscalização dos aspectos éticos no exercício da medicina.

Área livre – Rascunho na página seguinte

PROVA APLICADA

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA